

CB
12/4/98 3
882

Livro conta a história dos índios Panará, que levaram vinte anos para garantir terras entre o Mato Grosso e o Pará

TRAGÉDIA COM FINAL FELIZ

José Rezende Jr.
Da equipe do *Correio*

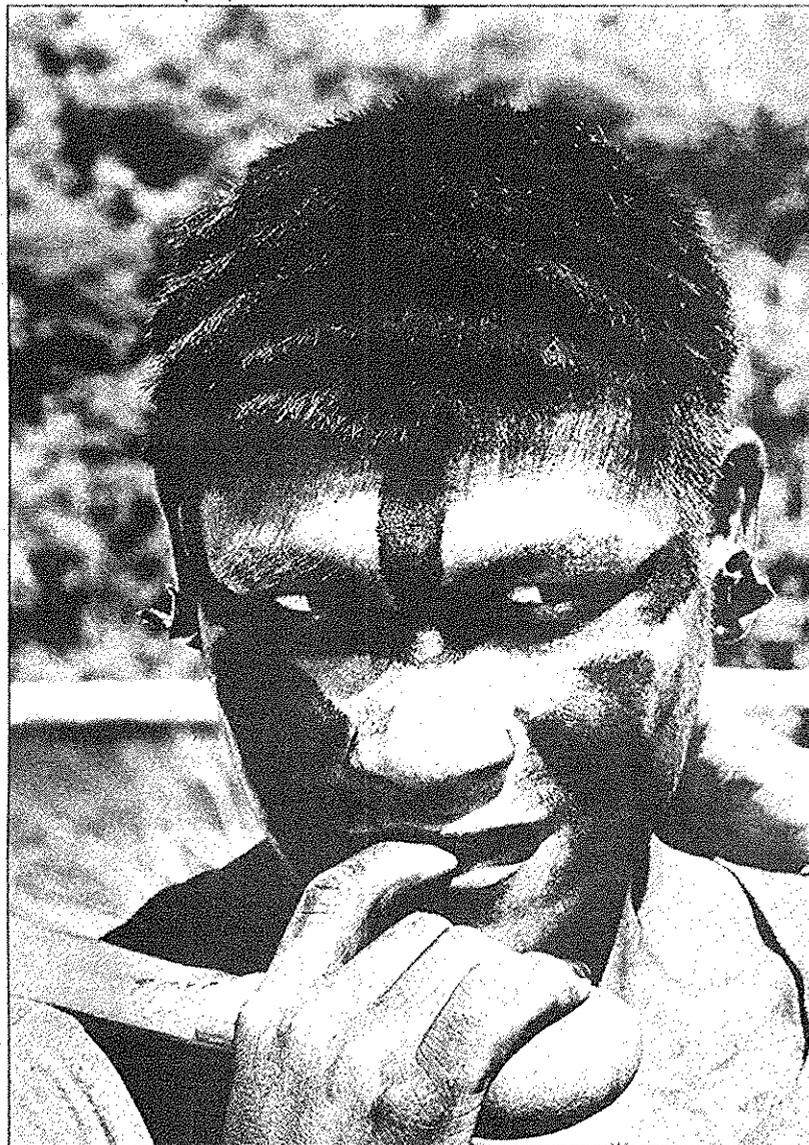
EM 1967, PAKYÁ'AKRITI — "FALSA ESTRELA CADENTE" NA LÍNGUA DOS PANARÁ —, PASSOU VOANDO SOBRE A ALDEIA. OS ÍNDIOS PEGARAM SEUS ARCOS E DISPARARAM FLECHAS CONTRA O INVASOR QUE VINHA DO CÉU: O AVIÃO QUE LEVAVA O SERTANISTA CLÁUDIO VILLAS BÔAS. NENHUMA DAS FLECHAS ACERTOU O ALVO. PAKYÁ'AKRITI FOI EMBOBADA. MAS VOLTARIA.

Começava assim mais uma das tantas tragédias que nos últimos 500 anos dizimaram 900 povos indígenas brasileiros — em 1974, sete anos depois do primeiro vôo de Pakyá'akriti, 176 Panará haviam morrido de doença de branco, enquanto outros pediam esmola na beira da estrada. Os que sobreviveram foram arrancados da terra ancestral e amargaram um exílio de duas décadas. A diferença é que, ao contrário de tantas outras, a tragédia dos Panará teve final feliz.

É o que conta o livro *Panará, a Volta dos Índios Gigantes*, dos jornalistas Ricardo Arnt, Lúcio Flávio Pinto e Raimundo Pinto (textos) e Pedro Martinelli (fotos), que será lançado na próxima terça-feira em Brasília.

Em 1971, Martinelli, então fotógrafo do jornal *O Globo*, foi enviado ao rio Peixoto de Azevedo, na divisa do Mato Grosso com o Pará, para cobrir a expedição da Funai encarregada de contactar os Kranhacãrore, que mais

Fotos: Pedro Martinelli/Reprodução



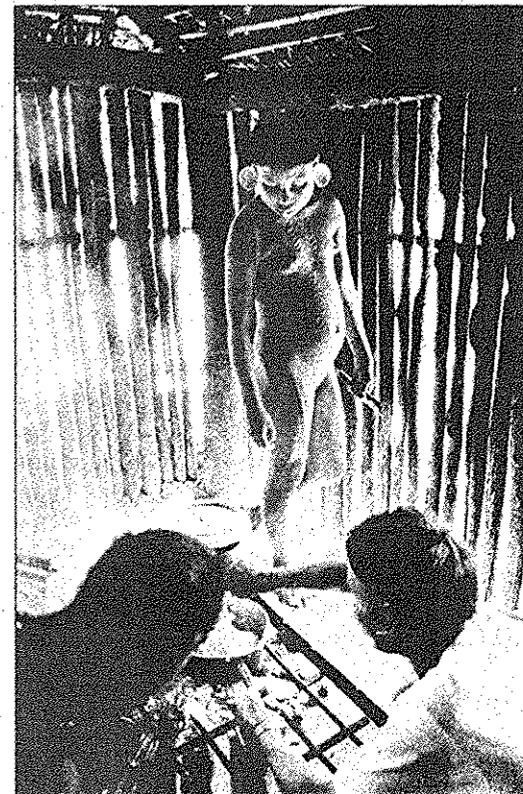
Pedro Martinelli fotografou o primeiro índio Panará contactado pela Funai

tarde viriam a ser conhecidos pelo nome verdadeiro: Panará. Apelidados de "índios gigantes" — embora, na verdade, sua altura média oscilasse entre 1,60m e 1,80m —, eles eram, então, o principal obstáculo para a construção da rodovia Cuiabá-Santarém.

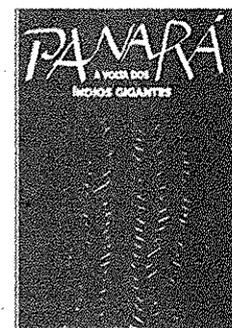
As tentativas de contato arrastaram-se até 1973. Para serem "pacificados", os Panará ganharam miçangas, espelhos, facões. Perderam os dentes, a saúde, a dignidade. Muitos morreram de gripe e diarreia. Os que

escaparam estavam tão fracos que não conseguiam enterrar os mortos. Deixavam que os urubus cuidassem de seus parentes, como conta um dos sobreviventes, no livro.

Em 1975, os Panará que sobraram foram embarcados em duas grandes "falsas estrelas cadentes" e levados para o Parque do Xingu, onde viveriam infelizes quase para sempre, vagando em vão à procura de um lugar que lembrasse a terra que antes lhes pertencia.



No acampamento dos brancos, antes da doença



SERVIÇO

PANARÁ, A VOLTA DOS ÍNDIOS GIGANTES
De Ricardo Arnt, Lúcio Flávio Pinto e Raimundo Pinto (texto) e Pedro Martinelli (fotos). Instituto Socioambiental (349-5114). 166 páginas. R\$ 35,00. Lançamento: 14 de abril, às 18h30, no Carpe Diem (SCLS 104, bloco D, loja 1).

Até que, depois de um conflito com funcionários de fazendas vizinhas que resultou na morte de um trabalhador rural, em 1991, os Panará decidiram que era hora de voltar para casa. E ganharam apoio de organizações não-governamentais brasileiras e norte-americanas. No dia 31 de dezembro de 1991, seis índios e seis brancos embarcaram no ônibus para uma viagem histórica de volta ao rio Peixoto de Azevedo.

Na chegada, a paisagem desolada:

mata destruída, rios poluídos e assoreados por garimpos e fazendas. Akê, um dos líderes dos Panará, desabafou: "Está terra, aqui, era nossa. E agora eles comeram. Agora está tudo feio. Destruíram tudo. O lugar onde eu nasci". Da indignação à ação: veio aí a idéia de reivindicar uma indenização pela ocupação e destruição de suas terras.

Num sobrevôo, os índios descobriram, às cabeceiras do rio Iriri, próximo à Serra do Cachimbo, um oásis de matas e rios que escapara à fúria destruidora dos homens brancos. Começou, então, a luta pelo retorno dos índios gigantes. Em 1993, os líderes pediram formalmente à Funai a demarcação das terras. Em junho do ano seguinte, 12 índios Panará tomaram posse do lugar, fizeram roças, construíram malocas e abriram uma pista de pouso.

Finalmente, no dia 1º de novembro de 1996, o então ministro da Justiça, Nelson Jobim, assinou portaria declarando de posse permanente dos seus verdadeiros donos a Terra Indígena Panará, com 495 mil hectares, na fronteira do Mato Grosso com o Pará. E mais: no dia 22 de outubro de 1997, a justiça deu ganho de causa aos índios responsabilizando a União pelas mortes e danos culturais sofridos por eles. Resultado: uma indenização de 4 mil salários mínimos para os 174 Panará que restaram.

No final da história, concluem os autores do livro, os Panará eram mesmo gigantes. Não na estatura, mas na vontade.